

ENTRE “PIONEIROS” E POPULAÇÕES “PARASITÁRIAS”: AS NARRATIVAS GEOGRÁFICAS DE PIERRE DEFFONTAINES SOBRE O BRASIL

Evandro Arruda de Martini¹

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória, ES, Brasil



Luiz Antônio Evangelista de Andrade²

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)
Guarapari, ES, Brasil



Enviado em 3 nov. 2022 | Aceito em 20 fev. 2024

Resumo: É bastante conhecida a influência exercida pelos geógrafos franceses na institucionalização da geografia como disciplina científica no Brasil. Remontando ao fim do século XIX, essa influência se aprofunda nas primeiras décadas do século XX. Mirando a utilização de conceitos como “homem”, “meio” e “gênero de vida” pela chamada geografia regional francesa em realidades não europeias como o Brasil, examinamos alguns dos textos produzidos por Pierre Deffontaines (1894-1978), considerando também os contextos intelectuais da França onde ele se formou e do Brasil que ele conheceu a partir de 1934. Problematicamos o lugar que determinados povos e seus territórios ocuparam na interpretação desse geógrafo, bem como o papel social da geografia produzida no Brasil após 1930. Argumentamos que, ao enfatizar o dualismo entre populações “parasitárias” e os “pioneiros” que colonizavam “terras virgens”, Deffontaines teria inadvertidamente endossado a forma social do sujeito moderno e os processos violentos de territorialização baseados no emprego de trabalho para a produção de mercadorias.

Palavras-chave: homem; meio, gênero de vida; sujeito moderno; geografia regional francesa.

BETWEEN “PIONEERS” AND “PARASITIC” POPULATIONS: PIERRE DEFFONTAINES AND HIS GEOGRAPHICAL NARRATIVES ABOUT BRAZIL

Abstract: The influence played by French geographers in institutionalization of geography as scientific subject in Brazil is well known. This influence goes back to the end of the 19th century, but it deepens in the first decades of the 20th century. Taking into account the use of concepts such as “man”, “environment” and “way of life” by so-called French regional geography in non-European realities such as Brazil, we will analyze some of the texts produced by Pierre Deffontaines (1894-1978), considering also the intellectual context in France where he studied and in Brazil where he started working in 1934. We problematize how some people and their territories were approached by this geographer, as well as the social place of geography in Brazil after its institutionalization in the 1930s. We argue that, by emphasizing the dualism between “parasitic” people – implicitly treated as “non-subjects” – and the “pioneers” that colonize “virgin lands”, La Blache and specially Deffontaines was inadvertently endorsing the social form of modern subject and the violent processes of territorialization based on the use of work for commodity production.

Keywords: man; environment; way of life; modern subject; French regional Geography.

PARMI LES « PIONNIERS » ET LES POPULATIONS « PARASITAIRES » : LES RECITS GEOGRAPHIQUES DE PIERRE DEFFONTAINES SUR LE BRÉSIL

Résumé: L'influence exercée par des géographes français dans l'institutionnalisation de la géographie en tant que discipline scientifique au Brésil est assez connue. Datant de la fin du XIX^e siècle, cette influence s'approfondit dans les premières décennies du XX^e siècle. Visant l'utilisation de concepts tels que « homme », « milieu » et « genre de vie » par la dite géographie régionale française dans des réalités non européennes comme le Brésil, nous examinons des textes produits par Pierre Deffontaines (1894-1978), tenant en compte aussi les contextes intellectuels de la France où il s'est formé et du Brésil qu'il a connu à partir de 1934. Nous abordons la place qu'occupaient certains peuples et leurs territoires dans l'interprétation de ce géographe, ainsi que le rôle de la géographie produite au Brésil après 1930. Nous soutenons qu'en soulignant le dualisme entre les populations « parasitaires » – implicitement considérées comme des « non-sujets » – et les « pionniers » qui colonisaient des « terres vierges », Deffontaines a endossé la forme sociale du sujet moderne et les violents processus de territorialisation basés sur l'emploi du travail pour la production de marchandises.

Mots clés: homme; milieu; genre de vie; sujet moderne; géographie régionale française.

1. Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6225-0310>. E-mail: evandroevandro@gmail.com

2. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7458-3988>. E-mail: luizantoniogeografo@gmail.com

Introdução

Embora remontem a fins do século XIX as visitas ao Brasil feitas por geógrafos franceses (a exemplo de Élisée Reclus, em 1893), será nas primeiras décadas do século XX que esse interesse institucional ganha objetivos mais sistemáticos e profundos. Com efeito, e dentro de um análogo contexto histórico, político e social de ampliação da presença estrangeira nos círculos científicos no Brasil, em 1934 desembarcava no país a missão geográfica francesa ultramarina. Com ela viria Pierre Deffontaines (1894-1978), geógrafo francês cuja permanência ocorreu em dois períodos: entre os anos de 1934 e 1935, e depois entre 1936 e 1938 (Ferreti, 2016).

Foi durante esses anos vividos no Brasil que Deffontaines realizou uma série de pesquisas de campo em diversas localidades. Tais pesquisas possibilitaram a elaboração de uma considerável produção bibliográfica, tanto de artigos acadêmicos e das chamadas monografias regionais, quanto de publicações fora dos meios universitários (Ferreti, 2016). Centrando essa produção no que viria a se consolidar como especialidade de “Geografia Humana”, Deffontaines interessou-se por uma gama de temáticas, as quais passaram por formulações acerca do que denominou “rede de cidades do Brasil”, os processos humanos de transformação da paisagem e as “regiões naturais”, além de também lançarem foco na busca pela compreensão dos “gêneros de vida” presentes no país e de seus “indivíduos-tipo”.

É sobejamente conhecido que as temáticas acima aludidas e os conceitos nelas e por elas mobilizados fazem parte do repertório da Geografia regional francesa. E, como não poderia deixar de ser, esse repertório exerceu uma importante influência sobre a abordagem, a interpretação e a produção bibliográfica de Deffontaines. Não obstante os relevantes alertas referidos às leituras apressadas e sua tendência em ver Vidal de La Blache como responsável por sugerir intelectualmente aquela produção bibliográfica³, consideramos ser relevante traçar algumas linhas gerais no tocante a esses escritos e ao núcleo filosófico-teórico e conceitual da Geografia regional francesa. Afinal de contas, La Blache possui destacada importância naquilo que ficou conhecido como processo de renovação do pensamento geográfico em fins do século XIX (Moraes, 2007; Claval, 2014).

Vale sublinhar que a abordagem adotada no presente artigo não se insere entre as leituras que ressaltam as diferenças entre essa corrente geográfica francesa, interessada na descrição de diferentes populações humanas transformando o “meio” que ocupam – e sendo transformadas por ele –, e o determinismo geográfico⁴ de autores alemães como Friedrich Ratzel, para quem o objeto da geografia seria a “influência que as condições naturais [o “meio”] exercem sobre a humanidade” (Moraes, 2007, p.69). Para além desse debate, denominado de forma esquemática e por vezes superficial como possibilismo *versus* determinismo, interessa-nos contribuir na problematização sobre os modos através dos quais a Geografia regional francesa, ao menos no Brasil, cumpriu um papel relevante no processo geral de modernização capitalista.

Assim sendo, nosso objetivo neste artigo foi discutir em que medida o termo “homem”⁵, no seu trato pela geografia regional francesa, coloca-se como sinônimo de ser humano sob a perspectiva das individualidades humanas concretas, ou se esse termo estaria referido a uma individualidade e uma subjetividade abstratas, concernentes àquilo que Kurz ([2003] 2010) e Jappe (2019) denominam

³ Aliás, essa designação talvez coubesse muito mais para se tratar de Jean Brunhes, orientador de Deffontaines em sua tese de doutorado.

⁴ Este “determinismo” da Geografia alemã corresponde apenas a uma esquemática e insuficiente descrição de autores como Friedrich Ratzel, que não são o tema do presente artigo.

⁵ Cabe aqui lembrar de uma conhecida e sucinta formulação possibilista citada por Gomes (2000, p.55): “o meio ambiente propõe, o homem dispõe”.

forma social do sujeito. Seria esse "homem" a imagem e semelhança daquilo que está representado na consciência de sujeitos geógrafos como La Blache e Deffontaines, expressando-se nas publicações acadêmicas resultantes de suas pesquisas? Noutras palavras, seria esse "homem" a manifestação da forma social, a qual foi sendo disseminada como elaboração teórica e estrutura de pensamento pela maior parte dos intelectuais europeus ligados à geografia regional – inclusive alguns daqueles que atuaram em realidades não europeias como o Brasil?

Balizado pelo objetivo acima apresentado, este artigo tem como procedimento metodológico a descrição e análise divididas em quatro momentos encadeados entre si.

1) Uma breve discussão sobre quais foram os significados atribuídos pela geografia regional francesa à "ação" desse "homem" sobre o "meio", e como eles comparecem na reflexão e na abordagem de La Blache, autor clássico dessa corrente. Essa discussão demandou que retomássemos em linhas gerais os significados do conceito de "gênero de vida", com o intuito de abordarmos o estatuto daquela "ação". Argumentamos que tais conceitos compõem uma forma *a priori*, geral e abstrata do pensamento, sendo eles utilizados como mote para o estabelecimento de uma espécie de "parâmetro de medida" e de localização de determinadas populações e seus territórios na trajetória histórica linear daquilo que a geografia regional abordou como "progresso".

2) O momento de descrição e análise anterior serviu como ponto de partida para que voltássemos nosso olhar para alguns dos textos⁶ que compõem a produção bibliográfica de Deffontaines sobre o Brasil. Essa escolha teve o propósito de retomar criticamente noções como a de "indivíduo-tipo" e os termos que remetem ao conceito de "humanização" enquanto resultado da "ação" de um "tipo dominante" de indivíduo sobre a terra "virgem", termos utilizados por Deffontaines nos textos que selecionamos. Essa bibliografia perpassa um contexto histórico e social no qual o país se modernizava, passando pelo aprofundamento da expansão das fronteiras da territorialização do capital. Noutras palavras, trata-se de um contexto de transversalização da vida individual e social pela forma-mercadoria, desdobrando-se dos modos mais variados no decurso da formação e da imposição das demais categorias fundamentais da socialização capitalista⁷. Como é bastante sabido, as consequências desse processo foram particularmente violentas para as populações indígenas e outros grupos, tidos como "atrasados", e que foram atingidos por aquela territorialização.

3) A partir da discussão proposta nos momentos acima sumariados, foi apresentado o nosso entendimento sobre as descrições e análises contidas na abordagem de Deffontaines, com especial atenção àquelas sobre o litoral do estado do Espírito Santo. Aqui, as explicações do geógrafo sublinham dualismos envolvendo tais populações autóctones e seus territórios: entre, por exemplo, caboclos e pescadores "parasitários" – implicitamente tidos como "não sujeitos" –, que cultivam pequenas roças cercadas por "floresta massiva e monótona"; e a formação de uma "verdadeira região natural", colonizada pelo "pioneiro", "homem" que nela passa a trabalhar e produzir mercadorias agrícolas. Na nossa ótica, Deffontaines estaria inadvertidamente endossando uma suposta ontologia de tais categorias modernas fundamentais, e, por conseguinte, positivando os desdobramentos da sua territorialização.

4) Ao final deste artigo, sugerimos que Deffontaines precisaria ser situado como sujeito geógrafo e pesquisador no contexto histórico e social mencionado acima. Caberia assim reconhecer sua atuação como *persona* da ciência no âmbito de particularidades territoriais e sociais que, a nosso ver, deveriam ser pensadas na relação intrínseca que possuem com o contexto mais amplo da modernização do Brasil e do mundo. Tornou-se então importante que as formulações do autor fossem historicamente contextualizadas e analisadas não com o objetivo de invalidar suas enormes

⁶ Dada a exiguidade de espaço, fizemos menção aos títulos de tais textos apenas nas referências bibliográficas.

⁷ Essas categorias serão abordadas com mais detalhe adiante.

contribuições e/ou de criticá-lo enquanto indivíduo e geógrafo, e sim para propiciar uma reflexão crítica sobre o papel da geografia produzida no Brasil de seu tempo.

A dominação da natureza como pressuposto do gênero de vida: alguns aspectos da Geografia francesa antes de sua chegada ao Brasil

Devido aos limites do presente artigo, não será nosso objetivo nesta seção nos debruçarmos sobre a ampla e variada seara de discussões acerca dos fundamentos teórico-filosóficos e epistemológicos que deram sustentação à renovação do pensamento geográfico do último quartel do século XIX e à emergência da chamada escola francesa de geografia (Claval, 2014). Tampouco nos propomos a apreender por dentro esses fundamentos, tarefa cuja complexidade também ultrapassa em muito tais limites. Mesmo porque, uma escolha dessa natureza poderia nos fazer incorrer no equívoco de vermos homogeneidade nesses fundamentos. E isso, no âmbito de um contexto histórico e intelectual no qual, como assevera Gomes (1996), "(...) de modo algum se poderia falar em homogeneidade" (p.193).

Convém, entretanto, assinalar que seria impossível atendermos aos propósitos desse artigo caso deixássemos de fazer referência a Vidal de La Blache, dada a importância de sua reflexão e suas formulações no processo de renovação do pensamento geográfico do período em apreço (Moraes, 2007; Claval, 2014). A reflexão e as formulações de La Blache se inscrevem em um contexto teórico e intelectual marcado por uma profusão de discussões, as quais visavam "(...) salvaguardar certos planos particulares de diversas correntes filosóficas e muitas soluções diferentes foram propostas" (Gomes, 1996, p.193). Os ecos dos debates do século anterior não só eram fortes nesse novo cenário, mas também provocavam novas e apaixonadas contendas em defesa de aspectos particulares de diferentes correntes filosóficas. Segundo Claval (2014), as contestações direcionadas à hegemonia do racionalismo positivista são retomadas na França por volta de 1890, ocorrendo em paralelo com o que se passava na Alemanha. Aliás, essas contestações se tornaram um movimento de crítica que se manifestou "no seio das disciplinas contra o modelo dominante científico/positivista" (Gomes, 1996, p.196-197).

Dentro do contexto do debate filosófico e intelectual sobre o fazer ciência de fins do século XIX, a obra e as bases epistemológicas do pensamento de La Blache denotavam aquilo que Gomes (1996, p.198) chamou de uma "ausência relativa de referências explícitas, ou de relação imediata" entre a obra de La Blache e uma doutrina científica definida. Contudo, não se tratava "de uma negligência teórica" (ibid.). Iguamente, não se poderia querer enquadrar o discurso geográfico lablacheano dentro de uma corrente filosófica específica, porquanto influências variadas foram "conjugadas para produzir uma nova concepção da geografia, de acordo com os pontos de vista aceitos na [sua] época" (Gomes, 1996, p.206). Prossegue Gomes afirmando que La Blache teria rejeitado, por exemplo, o uso de cadeias causais em vigor no pensamento positivista de sua época, optando pelo par descrição/explicação, de modo a demonstrar, através de sua formulação, a relação intrínseca entre o fato em si e as suas formas de ser, suas formas de manifestação.

A tarefa teórica de La Blache (1913) congregava seu esforço de sistematização da disciplina geográfica, visando separá-la da História tanto no referido ao seu objeto quanto ao seu método. À Geografia, chama a atenção o geógrafo francês, cumpriria seguir um caminho próprio, consciente das divergências que a separariam do campo disciplinar da História, sem, todavia, que ambas deixassem de "prestar seus serviços" uma à outra (La Blache, 1913, p.8).

Ou seja, tal separação não deveria implicar na negligência dessa geografia em acompanhar o movimento teórico e filosófico cujos pressupostos se ancoravam em uma dada noção de história e da historiografia à qual se associou. Nessa toada, as particularidades geográficas, formadas pela diversidade de atos, experiências e práticas próprias a uma gama de grupos humanos, ganhariam o

interesse dessa geografia acadêmica, cuja produção de conhecimento resultaria da identificação e explicação de suas diferenças. E o conceito de "gênero de vida" seria a representação mental que permitiria a realização dessa tarefa descritiva e explicativa. Um "gênero de vida" constituído resultaria de:

(...) uma ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável. Mas totalmente diferente é o efeito de hábitos organizados e sistemáticos que esculpem cada vez mais profundamente seus sulcos, impondo-se pela força adquirida por gerações sucessivas, imprimindo suas marcas nos espíritos, direcionando em um sentido determinado todas as forças do progresso (La Blache, [1911] 2005, p.114).

Por conseguinte, viria a lume o conteúdo das "ações humanas", com estas sendo marcadas pela luta em maior ou menor medida consciente e racionalmente organizada contra os limites impostos pela natureza, de modo a auferir um "estado" (nunca pleno) de "cultura". Ou seja, as "etapas do progresso humano" deveriam então fazer parte de uma análise que indagasse o que poderia permitir aos diversos grupos "sobreviver e se desenvolver" (Claval, 2014, p.11).

À preocupação da geografia lablacheana com o conteúdo das "ações humanas" e a sua compreensão mobilizando o conceito de "gênero de vida" se combinava a rejeição da noção de "meio" como determinação *a priori* dos limites naturais frente aos quais a realização da "obra geográfica do homem" se defrontaria. Paralelamente, o "meio", assim como o "gênero de vida" e as "ações humanas" sobre a superfície terrestre – produzindo "paisagens humanizadas" –, inscreviam-se na obra de La Blache como componentes de uma forma geral e abstrata do pensamento, a ser revelada por este enquanto trajetória histórica do progresso.

Numa síntese apertada, pode-se dizer que essa noção de história articulada à geografia lablacheana já não era aquela que havia marcado a explicação da temporalidade do mundo nos cinco ou seis séculos anteriores à Revolução Francesa, em que se expunham as expectativas resignadas pelo "fim dos tempos"⁸ (Koselleck [1979] 2006). Porém, não se tratava de um puro racionalismo positivista⁹ – conquanto fossem ressaltados seus limites, pois desconsiderava as especificidades e particularidades de cada objeto do conhecimento –, e sim da compreensão de que haveria diferenciações funcionais dos processos sociais, com repercussões sobre o entendimento da ideia de temporalização da história¹⁰ (Fabrício & Vitte, 2011). Estamos nos referindo à gestação de uma paulatina noção de temporalidade linear, composta de um terreno igualmente definido e exigente da aceleração das mudanças; um terreno formado por perspectivas em aberto, mas desconhecidas (Koselleck, 2006).

⁸ De acordo com Koselleck (2006), essa temporalidade estava marcada pela definição das "figuras essenciais" que caracterizavam o "fim dos tempos", não obstante seu acontecer derradeiro passasse por "repetidos adiamentos" (p.24).

⁹ Apesar de não se poder dizer que, na construção do seu edifício teórico e conceitual, La Blache não tenha também se valido de conteúdos desse racionalismo positivista. É precisamente isso que Gomes (1996, p.214) afirma: "Quando descreve a luta do homem contra a natureza, ele [La Blache] parece fazê-lo do ponto de vista racionalista e otimista de uma sociedade 'civilizada', pronta a tudo reconstruir e a tudo superar graças à razão."

¹⁰ Embora os autores utilizem o termo "linearidade temporal", o mesmo possui aproximações com o conceito de temporalização da história, elaborado por Koselleck (2006) e posteriormente retomado por Arantes (2015), bem como com as próprias formulações de La Blache (1913). Referimo-nos especificamente ao que ele chama de "encadeamentos históricos" e no papel destes de acrescentar inteligibilidade aos "fatos terrestres", sem, contudo, coincidir exatamente com o que o geógrafo francês entende ser a noção de cronologia histórica desses fatos. Não obstante isso, a "ação humana" sobre a natureza e a produção das paisagens terrestres (formas e superfícies) traz as marcas evolutivas desse tempo histórico.

Sob a influência de um historicismo alemão renovado (Reis, 2002), que combatia o tradicionalismo e o reacionarismo de sua versão do século anterior e, ao mesmo tempo, reivindicava as especificidades do objeto do conhecimento que elegera para si¹¹, a geografia de La Blache não deixou de lado a utilização das noções de passado e futuro, associadas à noção de temporalidade linear que mencionamos acima. Cumpriria então renovar o objeto do conhecimento, acrescentando-lhe aspectos que não haviam sido contemplados na análise deste último, como a historicidade e a subjetividade do pesquisador (Fabrício & Vitte, 2011). Organizando essa temporalidade linear, passado e futuro se separam e se unem na modernidade pelo fio do progresso, o qual se tornaria tanto o condutor das “ações humanas” quanto a sua “unidade de medida”. E o estudo das “formas e superfícies terrestres” (La Blache, 1913), destas como “paisagens” resultantes da “ação humana” consciente sobre o “meio”, ao se ocupar da identificação e explicação dos “gêneros de vida”, deveria recorrer à noção de história ancorada na temporalidade linear.

Ademais, a forma e a superfície de uma dada particularidade geográfica, bem como os fenômenos que a compõem, ou, nas palavras de La Blache, o “meio” resultante das “ações humanas”, são fundamentais no quadro de referência construído por ele na sua proposta de sistematização da geografia como disciplina acadêmica. Tratava-se de uma geografia que trazia para si experiências derivadas daquela em que o tempo seria o impulso vertiginoso através do qual a história passava a se desenrolar na modernidade.¹²

Essa flecha do tempo direcionada para o futuro forneceria uma pretensa evidência ao conceito de “gênero de vida”, definindo que, sob o seu prisma, fossem analisadas as “tecnologias” dos grupos sociais tornados objeto de estudo dessa geografia formulada pelo autor (Claval, 2014). Daí a importância dada por La Blache aos “estudos do meio”, pois seriam esses estudos particulares que ajudariam a captar a diversidade de “gêneros de vida” (Moraes, 2007). A nosso ver, isso significava também identificar e descrever o que seria uma espécie de “desejo de futuro” desses pesquisadores geógrafos, como efeito da integração dos diversos mundos locais a uma nova dinâmica social, ao mesmo tempo descolada destes últimos e visando abrangê-los. Não que esta fosse uma lógica consciente e, enquanto tal, operada conscientemente pelas diversas personificações alcançadas por aquela dinâmica. E esta última é irresistível porque vai se constituindo tendo que avançar progressivamente – e de modo assíncrono no espaço e no tempo – sobre tudo e todos, produzindo também dúvidas variadas, receios, pavores e ansiedades.

Essa temporalização a compor o escopo da geografia lablacheana foi engendrando suas conexões com a biografia da forma social do sujeito moderno (o “homem”) e suas ações. Uma história que exaltava esse sujeito, formulando sobre e descrevendo teleologicamente sua luta de morte contra aquilo que lhe seria animal e irracional. Essa seria a senha para a sua entrada – também teleologicamente descrita – no movimento irresistível da história. Na mesma medida, a exaltação desse sujeito e de um “tornar-se sujeito” rebaixava e invisibilizava os “não sujeitos”, isto é, os não integrados/integráveis a esse movimento.¹³

Embora fosse preciso ter em vista que áreas com climas semelhantes ofereceriam, segundo La Blache (2005), “grandes diferenças de gêneros de vida” (p.114), tornar-se-ia preciso indagar-se sobre o que poderia determinar que a diversidade de áreas no planeta se apresentem resultantes da

¹¹ Ou seja, a perspectiva da paisagem como ponto de partida do conhecimento sobre a relação entre o “homem” e o “meio” sob o prisma das “ações humanas” e como estas se expressam através da paisagem, numa trajetória evolucionista que vai do meio “natural” ou “virgem” ao “humanizado”.

¹² As considerações deste artigo sobre a modernidade, tendo como base sobretudo a análise da modernização capitalista em contexto brasileiro, evidentemente não pretendem invalidar outras discussões sobre o amplo tema da modernidade, a exemplo das de Gomes (1996).

¹³ “Tudo que a racionalidade triunfante teve de expulsar do sujeito, ‘separar’ dele mesmo, como as suas próprias pulsões ‘irracionais’, tornou-se ameaçador, informe, obscuro, e teve de ser atribuído a um ‘outro’ [povos do ‘novo mundo’, pessoas não brancas, mulheres e homossexuais, por exemplo] para poder ser dominado” (Jappe, 2019, p.65).

presença de "graus desiguais de desenvolvimento" (Ibid.). Na argumentação de La Blache, a primeira constatação é que tais graus apresentam as facetas diversas da "obra de colonização" e o "...poder de modificação do qual dispõe o homem" (p.114). À medida que o processo de libertação das condições de sobrevivência frente à natureza ia se delineando, o "homem" paulatinamente reuniria para si as possibilidades de exercer sobre ela um maior controle, "humanizando-a". Trata-se, para La Blache, de uma ação consciente e racional, a qual tem na cultura um aspecto fundamental – em oposição à natureza. Por conseguinte, a civilização nada mais seria do que a ampliação dos mecanismos com o fito de exercer esse domínio. As "ações humanas" – "verdadeira obra geográfica do homem", segundo La Blache (2005) –, seriam a luta pela transformação dessa matéria bruta que é a natureza, possibilitando sua serventia aos propósitos humanos expressos na e pela civilização.

Essa luta pela transformação da natureza de que fala La Blache, por ocorrer em locais e com intensidades variados, permitiriam constatar que não haveria um "meio em geral", mas variados meios (Gomes, 1996) e com diversos estágios de civilização que demonstrariam a maior ou menor capacidade de realização de intervenções por parte dos "homens" que nele vivem. Diferentes graus de civilização corresponderiam a diferentes graus de intervenção e transformação do "meio", com este último se definindo: "(...) em função da obra humana que o transforma" (p.203). Enquanto expressão concreta da "ação humana", o "meio" construído conferiria ao "homem" um campo inesgotável de condições, tendo aquele diante de si as possibilidades e impossibilidades que o próprio "meio" colocaria. Caberia, portanto, a esse "homem" possuir proatividade para "agir" na transformação desse "meio", colocando-o a serviço da continuidade da "obra humana".

Face à produção dos pressupostos abstratos que afirmavam esse "homem" apartado da natureza, como eram produzidos os parâmetros cuja tarefa seria localizar aquilo que não se identificava com tais pressupostos? Um exemplo são as hierarquias que tiravam conclusões com caráter de verdades empiricamente "constatadas". Mais uma vez, o núcleo duro dessas formulações se encontra no raciocínio teórico e epistemológico de La Blache. Conforme descrito por Gomes (1996, 214), "embora o determinismo racial não tenha função explicativa no conjunto da Geografia Regional Francesa", a "influência da biologia evolucionista é marcante". Quer queira quer não, La Blache identificava nas populações do centro-norte da Europa o ápice da transformação ("humanização") da paisagem, marcada, nessas regiões, pelo "domínio" sobre as "forças naturais". Manifesto na derrubada da floresta, na retificação dos rios, construção de canais, etc., esse "domínio" tornou possível o uso de tecnologias agrícolas que permitiram o aumento da produtividade dos cultivos, atendendo ao fim em si da valorização do valor mediante a produção de mercadorias via trabalho e a sua realização nos mercados.

No raciocínio acima construído, La Blache ([1911] 2005) salienta a necessidade de que "(...) o estudo das peripécias a que foi submetida a floresta nas regiões temperadas (...) seja "(...) um capítulo da história comparada das civilizações" (p.125). O autor propõe retrazar as relações estabelecidas entre o "homem" e a "floresta", "(...) na porção da Europa que está grosseiramente compreendida entre 50 e 55 graus de latitude, zona esta que, hoje, em virtude de causas diversas, é uma das que evolui mais rapidamente" (p. 125). De mais a mais, La Blache (2005) sugere que dominar a natureza pressuporia estabelecer uma "ordem" frente ao "caos", uma "simetria" e "harmonia" frente àquilo que seria desconforme e discrepante:

Não há dúvida, contudo, que a floresta foi, aqui como alhures, o obstáculo, o limite, ou mesmo o inimigo. É preciso lembrar que nas épocas primitivas ela não oferecia o aspecto ordenado que se deve aos nossos habitantes da floresta. Os desmatamentos consistiam em uma tarefa dura e penosa (p.126).

Após sua descrição transitar pelas áreas limítrofes entre a floresta temperada e as estepes do sudoeste da Rússia, sugerindo ali a presença de cultivos “atrasados e selvagens”, a narrativa lablacheana que a compõe chega às planícies e baixos platôs da França do norte. Ali, além da floresta não exercer um “domínio tenaz”, a “(...) uniformidade do relevo e a homogeneidade do solo prestam-se à organização de um trabalho combinado e coletivo”, exigindo-se, por isso, uma “cooperação permanente” (La Blache, 2005, p.127). Esse “gênero de existência agrícola” se relaciona “(...) com a floresta vizinha. Cada comunidade é cercada de uma porção de floresta, que ela explora lentamente nas bordas e com a qual se funde. Os direitos de pastagem e de uso são aí fundados não sobre tolerâncias vagas, mas sobre um estatuto legal” (p.127). Ao que parece, o desenvolvimento diferencial de “gêneros de vida” para La Blache também se manifesta na presença de critérios racionais e abstratos para definir os limites através dos quais se funda a exploração da terra. E isso, numa clara diferença para com as áreas de estepes do sudoeste da Rússia, onde as “tolerâncias vagas” do direito consuetudinário marcariam presença e a “agricultura primitiva” produziria cenas como a de “um único homem com dois cavalos lavrar, semear e gradar ao mesmo tempo” (p.126).

Obviamente, a constatação de La Blache sobre as “dinâmicas históricas” próprias ao desenvolvimento diferencial de cada “gênero de vida” traria repercussões no modo através do qual foram construídas as interpretações sobre as realidades sociais não europeias. E, em sua obra, Pierre Deffontaines se voltou para a sistematização de tais interpretações. Observemos mais de perto como isso ocorreu na próxima seção.

O “pioneiro” diante das “terras virgens” e o geógrafo pioneiro Deffontaines diante do Brasil

Embora seja forçoso afirmarmos que as interpretações de Pierre Deffontaines tenham sido uma derivação daquelas originadas da reflexão de Vidal de La Blache, não resta dúvida de que aquelas foram influenciadas por este que foi talvez o principal responsável pelas bases da geografia francesa no concernente ao seu edifício teórico e ao seu método de análise. Como parte de uma política do Estado após a derrota na guerra franco-prussiana (Moraes, 2007), a geografia se institucionalizaria na França como ciência e lá se tornaria disciplina acadêmica em fins do século XIX.

Em 1934, a geografia francesa rompia novamente as fronteiras europeias e chegava ao Brasil através de sua missão ultramarina, tendo como um de seus objetivos o de contrastar a influência por aqui exercida pelos geógrafos italianos e alemães (Ferreti, 2016). A estratégia para tal passava pela formação de uma geografia universitária, através da criação de cadeiras de ciências humanas e sociais, na esteira da criação da Universidade de São Paulo (USP) e do seu Departamento de Geografia, com Deffontaines tendo sido o primeiro ocupante da cadeira do curso homônimo. No mesmo ano de 1934, em um desdobramento da presença da missão geográfica francesa, Deffontaines, ao lado de outros três intelectuais brasileiros (dentre eles Caio Prado Júnior), fundaria a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Já em 1935 seria criado o Departamento de Geografia daquela que se tornaria a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde Deffontaines lecionou entre 1936 e 1938 (Ferreti, 2016).

A obra e o trabalho universitário (docente e de pesquisa acadêmica) de Deffontaines são enfatizados por Ferreti (2016) no que tange à sua “(...) abordagem social e, sob alguns aspectos, cultural (...)”, abordagem talvez inspirada pela adesão do geógrafo francês ao “catolicismo social” (p.16). Relacionado a tal aspecto, Philippe Pichemel, citado em Ferreti (2016, p.16), afirma que “Deffontaines pertence à família dos intelectuais espiritualistas que encontram em seus trabalhos, na observação da realidade e da materialidade quotidiana as razões de sua fé e de suas convicções.”

Conquanto tenhamos em alta conta a importância de Deffontaines e de sua obra na construção da geografia brasileira, nosso propósito não passa por qualquer juízo de valor no concernente a tal

importância.¹⁴ Porém, e pensando nos objetivos de nosso texto, entendemos que as dimensões teórica, conceitual e metodológica da interpretação daquele autor não se revelariam de imediato caso centrássemos nossa análise nos seus pressupostos filosóficos e morais. Primeiro, porque estes dois últimos não definiriam sozinhos uma intencionalidade subjetiva *a priori* contida nas análises do autor, a qual então explicaria tais preocupações. Em segundo lugar, porque aqueles pressupostos e a aludida intencionalidade só podem ser explicados na sua relação com a sociabilidade à qual a diversidade variada dos indivíduos foi sendo histórica e socialmente integrada. Tratava-se de preocupações atinentes ao indivíduo e ao pesquisador Deffontaines, as quais floresceram no solo da sociabilidade que atravessava sua vida individual de fio a pavio, ajudando a subjetivar sua consciência.

E tais pressupostos filosóficos e morais, bem como as supracitadas preocupações do autor, também se encontram situados nas dinâmicas territorial e temporal de forte ascensão do mercado mundial e da reprodução das suas relações sociais. Revelam assim os processos variados de formação e imposição da forma social baseada na produção de riqueza abstrata através da mobilização de trabalho humano (Kurz, 2014; Jappe, 2019). Mediado pela forma mercadoria, e tendo sua substância valor nela representada e expressa no dinheiro, o trabalho, como "sistema" que substancializa a riqueza, possui conexões com o estabelecimento da moderna forma política estatal e da produção do "feminino" na condição de momento reprodutivo dissociado e co-constitutivo da forma social (Scholz, 2009)¹⁵. É nesse amplo universo que situamos os processos de formação e de imposição das categorias dessa sociabilidade, bem como sua constituição na vida social, ao mesmo tempo transversalizando a subjetividade e os inúmeros momentos da vida concreta dos indivíduos. Processos esses que, portanto, foram produzindo uma forma sujeito com pretensões universais, embora fosse uma forma "especificamente moderna da individualidade abstrata" (Kurz, 2010, p.86) e que revestia também o pensamento e a subjetivação da consciência do indivíduo Deffontaines quando este abordou, como veremos a seguir, as diferentes "obras" dos "homens" sobre a terra.

Em um sentido similar, embora a partir de bases teóricas diferentes, Marcelo Lopes de Souza (2018, p.281-282) revisita certos aspectos da Geografia regional francesa e argumenta que o conceito "gênero de vida" se "coaduna com uma visão de mundo liberal" na qual a região "corresponderia a 'harmoniosas' relações entre o 'homem' e seu 'meio (natural)'".¹⁶ Concordamos com Souza nesse aspecto: por isso, ao revisitarmos os debates de Deffontaines sobre o Brasil, nos parece importante explicitar uma série de características do sujeito moderno que já são pré-concebidas nas análises daquele geógrafo, o que Souza resume como "visão de mundo liberal" mas, para além de refletir uma visão de mundo particular, faz parte dos próprios conceitos genéricos e pretensamente evidentes e universais de "homem" ou de "cidadão".

É com o olhar atento à forma social que deveríamos observar a obra de Deffontaines no seu todo, algo que obviamente não faremos aqui. De todo modo, lançemos esse olhar sobre alguns de seus textos em particular, começando por um que fora publicado em 1959 e que aborda o qualificativo "humana" dado à geografia. Neste texto, Deffontaines se pergunta pelos significados da

¹⁴ Para um debate sobre o que a Geografia de nossos tempos poderia aprender com a tentativa de Deffontaines e outros geógrafos franceses de construir "uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade", articulação esta que corresponderia a uma potência ainda não realizada do "discurso geográfico", conferir o artigo de Marcelo Lopes de Souza (2018).

¹⁵ Além da racialização de povos inteiros, algo que possui conexões estreitas com as "constatações" por nós trazidas neste texto e feitas pelos geógrafos com os quais estamos dialogando sobre populações do "novo mundo", africanas e asiáticas.

¹⁶ Souza (2018, p.282) desdobra seu argumento: "Nos marcos da visão de mundo liberal-conservadora [...] de quase todos os expoentes da Geografia francesa clássica, essa concepção de 'gênero de vida' servia para escamotear a percepção das contradições, das fraturas e dos conflitos sociais [...]. Da mesma forma que as técnicas de uma sociedade seriam ajustamentos criativos ao seu 'meio', a distribuição de ofícios e atividades, vale dizer, a divisão técnica do trabalho, era enxergada, basicamente, como decorrente das vocações, dos talentos [...] individuais, e não como um produto de restrições estruturais (de classe, de gênero etc.) no interior de uma divisão social do trabalho historicamente construída."

“ação de determinados indivíduos de espírito criador” (p.102) no que ele chamou de “ciclo humano”. A rigor, esta expressão corresponderia às “etapas” do progresso, cujos parâmetros são utilizados para descrever o modo como as populações variadas, ao lidarem com as dificuldades postas pelo “meio” e presentes nas áreas em que habitavam, produziram diferentes “obras” “sobre a terra” e, com um maior ou menor nível de sucesso, “adentraram” a modernidade. A partir da expressão “ciclo humano”, Deffontaines (1959) põe em relevo a “geografia humana” enquanto ramo do conhecimento geográfico cuja proposta consistiria em estudar essas “obras” na qualidade de “marcas na paisagem” (p.93). Ademais, a “nova roupagem” do planeta seria o produto da estada dos “homens” no mesmo: se, durante milênios, ela teria sido, segundo Deffontaines (1959), “apenas leve e pouco perceptível”, na época de seus escritos ela assumia “cada vez mais um extraordinário valor” (p.94).

Ainda no texto de 1959, o geógrafo francês aduz que as regiões do planeta marcadas pelos rigores do clima – notadamente os invernos muito frios – requereram dos “homens” que aí habitavam um espírito engenhoso, com vistas à criação de soluções variadas frente a tais rigores, inclusive para que seu trabalho pudesse ser otimizado. Nessas “zonas de dificuldades permanentes” teriam se concentrado “(...) os progressos humanos essenciais, opondo-se às regiões de ‘facilidades contínuas’ em que a estagnação, a rotina, até mesmo a decadência, se desenvolvem com mais facilidade” (Deffontaines, 1959, p.104).

Ao mesmo tempo, as dificuldades enfrentadas pelos indivíduos frente ao “meio” não são apresentadas por Deffontaines diretamente como fatores limitantes de sua “liberdade” e “autonomia”, posto que ambos os princípios só estariam presentes naquelas paisagens onde a “obra dos homens”, isto é, o trabalho, fora feita em nome da marcha histórica “necessária” e linear do progresso. Com efeito, “liberdade” e “autonomia” só existiriam naquelas paisagens já “humanizadas”. E uma paisagem com essas características seria o resultado do alcance das marcas deixadas no “meio” por um determinado tipo de indivíduo: aquele cuja subjetividade coincide com a forma social do sujeito. Nas palavras do autor:

As atitudes dos homens frente às dificuldades revelaram-se, entretanto, singularmente variáveis. Ao lado dos ramos humanos orientados para a atividade e o progresso, houve outros que adotaram comportamento de passividade e apatia. As mais importantes zonas de dinamismo humano aparecem grupadas em torno dos mares semi-fechados a que denominamos “mediterrâneos”, zonas fisicamente bastante instáveis em que as fossas marítimas acham-se nas vizinhanças de relevos elevados, o vulcanismo e a sismicidade são particularmente densos, o relevo apresenta-se muito fracionado, as ilhas e penínsulas são numerosas. Não quer dizer, entretanto, que essas zonas tenham abrigado as mais antigas raças humanas: sua pré-história é mesmo menos rica do que alhures, *mas foi aí que começou a História* (Deffontaines, 1959, p.105, grifo nosso).

Deffontaines (1959) parece promover a ideia de que as transformações materiais com capacidade e intensidade histórica e territorial diversas seriam próprias de uma atitude e uma vontade que expressariam diferenças hierárquicas entre esses “homens”. De um lado, haveria “homens” cujo “comportamento de passividade e apatia” manifestava-se em um agir que, longe de lhes permitir a “atividade e o progresso”, voltava-se contra eles, impondo-lhes a pobreza e a brutalidade de caráter. De outro lado, haveria aqueles “homens” – ou melhor, um “sindicato de homens”¹⁷ – cuja empresa povoou a superfície terrestre de “(...) numerosas pirâmides, acrópoles, catedrais, palácios, cidades, casas, pontes e barragens” (p. 100).

¹⁷ “Não teríamos o direito de falar de ‘sindicato dos homens’ encarregado de uma transformação da Terra, visando melhorar as condições humanas? Quantos progressos físicos, geográficos, foram realizados por conquista, tão importantes por vezes, que não mais sabemos lhes medir o valor, de tal forma nos parecem eles naturalmente adquiridos” (Deffontaines, 1959, p.100).

Quantas disposições foram tomadas por esse sindicato dos homens para *assegurar uma condição superior!* Não somente quanto às *descobertas* como, também, à instituição de regulamentos para restringir os perigos das liberdades individuais, desde os regulamentos de caça, até os princípios de Direito e de Moral. Tratava-se de diminuir as dúvidas e inseguranças que rodeavam e ameaçavam a caravana humana em marcha sobre a Terra, principalmente os 'petites gens', que constituem o que denominamos (...) "a semente fundamental do povoamento" efetivo geográfico da Humanidade, abandonado às instabilidades, homens que suportam todas as devastações, colonizações e emigrações, *pioneiros* por destino e para os quais voltar-se-ão os geógrafos com interesse e especial simpatia (Deffontaines, 1959, p.101, grifos nossos).

Em um de seus textos anteriores e resultante de suas andanças pelo Brasil, Deffontaines ([1936] 1947) exercitara um raciocínio semelhante ao que encontramos no texto de 1959. Na estruturação desse raciocínio, o geógrafo francês traz elementos discursivos muito próximos àqueles de La Blache ao mobilizar o conceito de "gênero de vida" para tratar das diferenças de capacidade e intensidade da "ação humana" e sua expressão "humanizada" na paisagem. No texto de 1947, tais diferenças resultariam da atuação de "indivíduos-tipo", possibilitando elaborar a "...definição humana de uma região dada..." (p.140). Em sua classificação, Deffontaines (1947) fala da preponderância de um "tipo dominante"¹⁸ de indivíduo que, com suas formas de ocupação do território brasileiro e o "regime de trabalho" do qual se valia, possibilitou que "(...) seus hábitos, suas exigências se inscrev[essem] profundamente na paisagem" (p.140). Essas áreas correspondiam à "faixa pioneira", *locus* onde avançaria o dinamismo de uma "economia aberta", com um rápido "povoamento" constituído no contexto de uma suposta "harmonia" no convívio entre as "formas de vida" (p.146).¹⁹

Em torno desse "tipo dominante", para Deffontaines (1947, p.140), os outros tipos "gravitam" e "alguns mesmo vivem como parasitas". Ao se deparar com os caboclos²⁰ e constatar que eles eram numerosos na "zona do litoral", uma zona de "colonização mais antiga", mas que se encontrava "em via de abandono", Deffontaines (1947, p.144-145) concluiu que essas populações praticavam uma "economia fechada" e "sem dinheiro". O "sertão", assim como parte do litoral, seria a expressão do atraso e da ausência das trocas econômicas. No sertão, o caboclo levaria uma "...vida livre, quase sem nenhuma necessidade, sem dinheiro, praticando uma agricultura primitiva, quase florestal" (p.145), ao passo que, no litoral, o caboclo seria pescador e retiraria seu sustento da extração direta daquilo com que convive.

Especificamente no litoral do Espírito Santo, Deffontaines (1938) descreve populações vivendo sobretudo da pesca, em uma "vida fechada e sem trocas", em um estado de "letargia" e "decadência", sendo esta o resultado daquela. No entendimento do autor, tanto no litoral quanto no "sertão", a "economia fechada" concerniria ao uso de técnicas, táticas e práticas pelas populações locais voltadas apenas à sua "subsistência", obtida mediante relações com um "meio" pouco modificado e baseadas em um "ajuste" ao mesmo. E Deffontaines (1947), ao "constatar" a ausência de atos de troca econômica passíveis de tal designação, deduz que isso teria implicações diretas sobre a pouca capacidade dessas populações em realizar transformações substanciais no "meio".

Em outro de seus textos, embora admita a presença de uma "vida econômica e social" – inclusive com a presença do que chama de "pequeno comércio" – com seus personagens típicos (o mascate, médicos, dentistas e notários), Deffontaines ([1936] 1944) deixa implícito que essas

¹⁸ Deffontaines (1947) afirma que esse "tipo dominante" é fundamentalmente o pioneiro tornado fazendeiro, "proprietário da grande propriedade" e que merece a confessada simpatia do autor. Um "tipo dominante" que, com seu trabalho e obstinação, "humaniza" a paisagem (p.140).

¹⁹ Em outro texto, Deffontaines (1944, p. 147-148) descreve assim o avanço do "povo", no singular, para as zonas pioneiras: "No Brasil, o povo avança para as zonas pioneiras cuja população aumenta com uma velocidade vertiginosa; aí a terra é virgem e dá rendimentos fabulosos durante os primeiros tempos."

²⁰ Deffontaines (1947), se referindo aos caipiras e caboclos, diz que estes são "(...) mestiços em quem os sangue branco, indígena e negro se acham mesclados em proporções variadas" (p.144).

condições objetivas não permitiriam, em várias áreas do território brasileiro, avançar para formas superiores de trocas econômicas ancoradas na produção e troca de mercadorias e na plena difusão da forma monetária do dinheiro. O autor justifica essa afirmação em outro momento, quando aborda a dispersão e as características da formação das aglomerações do litoral da Bahia e do Espírito Santo, em especial aquelas que descendiam das antigas missões jesuíticas. Tais aglomerações:

(...) estão em geral em decadência, as igrejas caem em ruínas, as casas leprosas de taipa (terra batida) abrigam menos uma população de cultivadores do que gente miserável, carvoeiros, operários [*artisans*, artesãos, no original em francês de 1936], pescadores, levando uma vida mais ou menos parasitária. Elas se encontram ademais conservadas apenas nas regiões de solo pobre, onde as fazendas foram efêmeras e deixaram subsistir as antigas formas de povoamento (Deffontaines, 1944, p.142-143).

A tônica dos argumentos utilizados por Deffontaines permanece em outro texto, que é propriamente uma monografia regional sobre o Espírito Santo, seguindo a ordem comum nas monografias regionais francesas²¹. Segundo a explicação do autor:

O povoamento espírito-santense começou cedo, mas logo parou e permaneceu estagnado. A única região [*région*] que conservou algum povoamento foi o litoral onde os Jesuítas instalaram uma linha de postos, seja nas fozes dos rios, seja mais para o interior, até onde ia a navegação nos cursos d'água: São Mateus, Regência, Linhares²², Santa Cruz, Nova Almeida, Guarapary, Anchieta (Benevente), Piuma, Cariacica, Araçatiba; sem *hinterland*, esses portos permaneceram pequenas cidades. O caráter comum de toda esta faixa litorânea é a decadência: nenhuma atividade econômica; ruas inteiras abandonadas; algumas belas igrejas caem em ruínas (Nova Almeida, Araçatiba); o lodo invade os velhos cais onde não chega mais nenhum navio. Ainda hoje esta zona de antigo povoamento permanece sem atividade (Deffontaines, 1938, p.166-167, tradução nossa, itálico no original).

Portanto, ao abordar uma série de “formas de povoamento” no litoral que deram origem a aglomerações ocupadas por pessoas de vida “parasitária”, com a “decadência” sendo, para ele, a marca do “caráter” regional, o geógrafo deixa implícito que pretende descrever e explicar os casos de sucesso e de falha no “povoamento”.

Ao descrever outro grupo de “aglomerações”, aquelas originadas de “pousos” para transportadores de mercadorias, Deffontaines (1944) chama a atenção para o papel de “personagem típico” dos tropeiros (um dos “indivíduos-tipo”, nos termos do autor), os quais realizavam tal tarefa do interior para o litoral e vice-versa. Em seu raciocínio sobre o tropeiro, o geógrafo francês, conquanto afirme que este “personagem típico” fora importante na transmissão das “ideias”, “hábitos” e “novidades”, parece deixar implícita sua consideração acerca do estado aquém da civilização em que se encontrava. Assim dizendo, Deffontaines (1944) enxerga no tropeiro duas características intrínsecas: apesar de suas contribuições para a interiorização brasileira, o tropeiro encarna uma subjetividade ainda despida da vontade e da capacidade de orientar sua vida para propósitos socialmente consagrados, quais sejam, personificar a forma sujeito e ser um difusor de modalidades superiores de trocas econômicas pelas mediações monetária e do trabalho. Além disso, por desconhecer os modos de se planejar, empregar energias e executar os devidos expedientes direcionados à realização de trocas econômicas, o “ofício” do tropeiro “(...) convinha à psicologia aventureira da gente pobre, na qual não existia nenhum atavismo de sedentarismo camponês. Era

²¹ Conforme explica Gomes (2000, p.56), essas monografias regionais seguiam “um plano mais ou menos constante. Neste plano se deve começar pela descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas. O objetivo final é encontrar para cada região uma personalidade, uma forma de ser diferente e particular.”

²² Regência e Linhares não têm origem jesuíta. Conferir Saint-Hilaire ([1833] 2020) sobre as origens dessas aglomerações portuárias.

uma dessas ocupações quase parasitárias que se desenvolviam sem relação com as necessidades mesmas" (Deffontaines, 1944, p.145).

E quanto ao estado do Espírito Santo, particularmente no seu litoral norte e adjacências, quais qualidades de "meios", "gêneros de vida" e "indivíduos-tipo" pareceram mais promissores ao geógrafo francês, despertando-lhe maior atenção? Ao abordar o que chamou de "recente colonização pelo cacau", Deffontaines (1938) descreve uma "região" específica, localizada no baixo rio Doce, próxima à sua foz. Ao contrário das demais localidades litorâneas ao norte do estado, caracterizadas como "abandonadas", em "letargia" e baseadas em uma "economia fechada", no baixo rio Doce se verificaria uma "nova zona de colonização", onde o cultivo do cacau se encontrava em franca expansão. Na formulação do autor, por volta do início da década de 1920 a "região" aludida "era unicamente florestal e quase vazia de habitantes", com exceção para "algumas pequenas roças de pescadores ao longo das margens [do rio Doce]" (p.174, tradução nossa). Todavia, nos anos seguintes essa "região", em função da presença do cacau e por "iniciativa" de um fazendeiro²³ – que incentivaria "vários imitadores" –, viria a experimentar um rápido povoamento. "Assim, o delta do Doce deixa[va] de ser floresta massiva e monótona (...)", tornando-se, na afirmação de Deffontaines (1938, p.175, tradução nossa), "(...) uma verdadeira região natural²⁴, pela colonização cacauzeira."

Essa representação positiva do "pioneiro", a qual se tornou quase uma tradição nos estudos sobre a problema da fronteira no Brasil²⁵, expressa-se nessa "nova zona de colonização" exemplificada por Deffontaines (1938). Entretanto, como comenta Guimarães (2014), em seu estudo sobre a cacauicultura no sul da Bahia, ao se creditar aos "pioneiros" o plantio do cacau sombreado em áreas de Mata Atlântica e a sua transformação em "espaço vivido e habitável", desconsiderar-se-ia dois aspectos. O primeiro deles é o "histórico extenso das populações indígenas de coexistência com a floresta", deslegitimado pela ideia de "terra virgem" ou "território nominalmente inabitado" (Guimarães, 2014, p.4-5). O segundo aspecto é que seriam ignorados os "conhecimentos ancestrais de negros e índios" sobre as inter-relações entre espécies da Floresta Tropical, conhecimentos essenciais para o desenvolvimento do cultivo do cacau sombreado (Guimarães, 2014, p.7-8).²⁶

Em oposição lógico-formal à "floresta massiva e monótona", cujas utilizações pelo caboclo "parasitário"²⁷ careceriam da devida eficácia e racionalidade, a agricultura de cacau sombreado representa para Deffontaines uma "humanização" daquela área. No raciocínio do autor, só a partir do momento em que pôde se instalar essa agricultura, o que era "monótono" se tornaria uma "verdadeira região natural", resultante da "ação metódica e contínua" – ou "gênero de vida", segundo La Blache – do "indivíduo-tipo" representado pelo fazendeiro "pioneiro".

Por isso, longe de ser um engano do pesquisador ou o produto de uma "maquinação ideológica", essa formulação de Deffontaines (1938) sobre a "colonização cacauzeira" revela uma compreensão

²³ Trata-se de Afrânio Peixoto, considerado o "pai do cacau" no Espírito Santo, nos dizeres do autor.

²⁴ No original em francês: "*une vraie région naturelle*". Na publicação em português (Boletim Geográfico nº 19, out. 1944), o tradutor Almeida Cousin prefere "uma pequena região natural", mas entendemos que a oposição feita por Deffontaines entre a "floresta monótona" e a "verdadeira região", mais do que um engano, é reveladora dos pressupostos do geógrafo francês: o que ela revela, o tradutor preferiu esconder.

²⁵ Martins (2009) faz referência a esses estudos através do termo "ideologia do pioneiro". Nossa opção pelo termo "representações" se justifica porque não consideramos que tais estudos se expliquem pela utilização de uma ideologia que "inverte" ou "falseia" a realidade, e sim que produzem uma compreensão fetichista da mesma – tal como estamos argumentando ao longo do presente texto.

²⁶ Como mostram os pesquisadores mexicanos Toledo e Barrera-Bassols (2015, p.36), a conversão de florestas naturais em "florestas humanizadas" tem sido uma prática antiga em regiões tropicais do mundo, por meio do manejo das espécies arbóreas e da introdução espécies herbáceas e arbustivas como café, cacau, canela, especiarias, borracha, pimenta e baunilha.

²⁷ O adjetivo "parasitário" dado por Deffontaines a essas populações ajuda a revelar seu apreço pelas descrições feitas por Monteiro Lobato ([1919] 1956, p.19) sobre o caboclo: "incapazes de fecundar a terra, incapazes de abandonar a querência, verdadeiros vegetais de carne que não florescem nem frutificam (...)". Aliás, Deffontaines (1944, p.147) cita Monteiro Lobato para fazer menção às "numerosas 'Cidades mortas' que formigam no Brasil".

fetichista da colonização voltada para a produção de mercadorias dentro de um contexto de formas superiores de trocas econômicas. Na dinâmica social na qual as coisas produzidas parecem ganhar vida própria, o cacau se torna o “agente colonizador” de uma área ainda “virgem”, passando a mediar as relações sociais entre os indivíduos, coisificando-os e inscrevendo-os nesse processo. E o fato de determinados indivíduos (fazendeiros “pioneiros”) trazerem e implementarem as inovações técnicas e culturais imprescindíveis à “colonização cacauzeira” não os torna menos sujeitados às relações sociais as quais, na aparência, detêm o controle.

Considerações finais

No percurso do presente artigo foi defendido que o termo “homem”, mobilizado pelos representantes da geografia regional francesa aqui discutidos, concerne a uma individualidade e uma subjetividade abstratas, concernentes à forma social do sujeito. Assim, os indivíduos reais e concretos são enquadrados nessa forma, com seus atos e práticas sendo convertidos em “ações” de alcance variado sobre um determinado “meio”, constituindo-se “gêneros de vida”.

A constatação que fizemos ao longo dessas páginas nos levou necessariamente para o processo de sistematização da disciplina geográfica, com esta em parte conduzida por La Blache, e a proposta metodológica da descrição/explicação da “ação humana” sobre o meio, considerada em seus encadeamentos históricos. Não obstante essa sistematização contivesse uma rejeição ao formalismo lógico que enxergava as diferentes realidades sociais descritas como resultantes de cadeias causais (os “homens” determinados pelos “meios”), tal formalismo nos pareceu reposto em novas bases por essa geografia. E é possível identificá-lo nas produções acadêmicas daí resultantes e na maneira como se compreendiam as concepções de passado e futuro: ambos organizados segundo uma temporalidade linear, cujo fio condutor seria a noção de progresso.

Guardadas as devidas diferenças, elementos desse esquema teórico e metodológico parecem ter sido replicados por Pierre Deffontaines nos textos produzidos a partir de suas pesquisas de campo em várias localidades brasileiras e que trouxemos à baila. São ali recorrentes as descrições que criam comparações envolvendo determinados “indivíduos-tipo”: entre o “tipo dominante” do fazendeiro “pioneiro” e o par caboclo/pescador, com estes recuando para longe da “faixa pioneira”. Raciocínio semelhante é construído em relação aos “meios” resultantes das “ações” empreendidas por esses “indivíduos-tipo”: de um lado, as paisagens “humanizadas”, e, de outro, os “meios” constituídos pela “floresta massiva e monótona”, ou, quando muito, “algumas pequenas roças” em “zonas” do litoral norte espiritosantense “em vias de abandono”.

A nosso ver, o referido esquema teórico e metodológico utilizado por Deffontaines o levou a encontrar no fazendeiro “pioneiro” e no “povo” que em torno dele “gravita”, bem como em seu “agir”, os traços fundamentais da forma social que produz novas fronteiras – as “zonas pioneiras” –, cujas paisagens resultariam dos processos de territorialização do capital. Concomitantemente, o “caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira” (Deffontaines, 1947, p.144), dando-se a entender que tais populações não seriam parte desse “povo”, mas sim a própria antítese da forma social.

Deffontaines pareceu não considerar a violência dos processos que descrevia e o caráter sujeitado dos sujeitos entregues aos seus pressupostos. Não se trata de fazer juízos de valor sobre sua compreensão das realidades com as quais se deparou, tampouco explicar tal compreensão como resultado de uma volição subjetiva primordial. É inegável, contudo, que o autor, assim como La Blache, enxergava nas particularidades geográficas do centro-norte da Europa ocidental o resultado evolutivo de um processo civilizatório. Até por causa disso, em suas andanças pelo território brasileiro, Deffontaines não interpretou as localidades pelas quais passou e as populações que as habitavam a partir de seus matizes no seio de uma totalidade dinâmica e em processo. Com sua consciência presa às referências europeias, o geógrafo francês tentava encontrar em terras

brasileiras situações supostamente "completas" de divisão social do trabalho, produção e troca de mercadorias e de monetarização das relações.

Frente a essas "ausências", Deffontaines (1949) falava em "nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais"; ou seja, os geógrafos e, de forma geral, os "homens", teriam como responsabilidade a modernização daqueles "gêneros de vida" atrasados. Segundo o autor, o papel da geografia no Brasil seria o de fornecer subsídios para uma progressiva dominação da "natureza" pelo "homem" a partir de critérios racionais, de modo a afastar as populações daquela vida marcada por uma "economia puramente fechada e rotineira" (Deffontaines, 1947, p.144).

Julgamos também necessário que as pesquisas atuais problematizem em que medida a geografia brasileira que se constituiu a partir da época histórica de Deffontaines participou na produção de análises cujas conclusões traziam consigo o receituário de ações "racionalis" e "objetivas" mediante modalidades de planejamento como o regional. Afinal, ao pleitearem essa ação planejadora, tais conclusões não só não vislumbravam nada além de um progresso enquanto materialização da produção da riqueza abstrata sob a forma valor, como davam legitimidade histórica e social aos "pioneiros", isto é, à encarnação desse "homem" abstrato que desbrava "terras virgens" e as converte em novas "zonas" de territorialização do capital. Essa geografia, portanto, contribuiu para invisibilizar uma multiplicidade de práticas e relações sociais que seriam "avessas" aos avanços do "povo", formulação essa que reverbera ainda hoje na sociedade brasileira.

Referências

- ARANTES, P. (2015) O novo tempo do mundo. In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo editorial. p.27-97.
- CLAVAL, P. (2014) A geografia francesa. *Espaço aberto*, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.7-22 Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2429> Acesso em: 21/06/2022. Doi: <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2014.2429>.
- DEFFONTAINES, P. (1938) L'état d'Espirito Santo (Brésil). *Annales de Géographie*, Paris, t.47, n.266, março, p.155-178. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/geo_0003-4010_1938_num_47_266_11831 Acesso em: 10/06/2022.
- DEFFONTAINES, P. ([1936] 1944) Como se constituiu no Brasil a rede de cidades I. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, Ano II, n.14, p.141-148. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n14_maio.pdf Acesso em: 12/06/2022.
- DEFFONTAINES, P. (1947) Os indivíduos-tipos do Brasil. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, Ano V, n.50, p.140-146. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1947_v5_n50_maio.pdf Acesso em: 14/06/2022.
- DEFFONTAINES, P. (1949) As Nossas Responsabilidades Geográficas nas Zonas Tropicais. *Boletim geográfico*, Rio de Janeiro, Ano VII, n.75, p.229-233. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n75_jun.pdf Acesso em: 14/06/2022.
- DEFFONTAINES, P. (1959) Posições da geografia humana. Por que geografia humana? *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n.32, p.3-16. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1242> Acesso em: 16/06/2022.
- FABRÍCIO, D. C. B.; VITTE, A. C. (2011) Paul Vidal de La Blache e a geografia francesa: do contexto histórico às monografias urbanas. *Cordis – Revista eletrônica de história social da cidade*, São Paulo, n.6, jan./jun., p.301-332. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10302> Acesso em: 12/07/2022.
- FERRETI, F. (2016) Pierre Deffontaines e as missões universitárias francesas no Brasil: geopolítica do conhecimento, circulação dos saberes e ensino da geografia (1934-1938). *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v.36, n.1, p. 4-26. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/40362/21064> Acesso em: 25/07/2022.
- GOMES, P. C. da C. (1996) *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 368p.
- GOMES, P. C. da C. (2000) O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E.; GOMES; P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Geografia: conceitos e temas*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.49-76.
- GUIMARÃES, E. A. M. (2014) Ciência, técnica e tecnologia: Vassoura de Bruxa, Cacau Cabruca e a ideia de progresso no Sul da Bahia. *14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Anais Eletrônicos, Belo Horizonte. Disponível em: http://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?!D_ARQUIVO=1688 Acesso em: 08/08/2022.
- JAPPE, A. (2019) *A sociedade autofágica: capitalismo, desmesura e autodestruição*. Tradução: Júlio Henriques. 1ª Edição. Lisboa: Antígona. 348p.
- KOSELLECK, R. ([1979] 2006) *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 368p.
- KURZ, R. ([2003] 2010) *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra. 298p.
- KURZ, R. (2014) *Dinheiro sem valor. Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Tradução: Lumir Nahodil. 1ª Edição. Lisboa: Antígona. 382p.
- LA BLACHE, P. V. de. ([1911] 2005) Geografia geral. Os gêneros de vida na geografia humana. *Geographia*, Rio de Janeiro, ano 7, n.13, p. 113-130. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13504/8704> Acesso em: 03/07/2022.

- LA BLACHE, P. V. de. (1913) *As características próprias da geografia*. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/nugea//files/2010/09/as-caracteristicas-proprias-da-geografia-La-Blache1.pdf> Acesso em: 12/05/2022.
- MONTEIRO LOBATO, J. ([1919] 1956) *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense. 142p.
- MORAES, A. C. R. (2007) *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec. 130p.
- REIS, J. C. (2002) O historicismo: a redescoberta da história. *Locus: Revista De História*, Juiz de Fora, v. 8, n.1, p. 09-27. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20551> Acesso em: 13/05/2022.
- SAINT-HILAIRE, A. de. ([1833] 2020) *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Garnier. 138p.
- SCHOLZ, R. (2009) *Forma social e totalidade concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje*. Disponível em: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz12.htm Acesso em: 07/05/2022
- SOUZA, M. L. (2018) Quando o trunfo se revela um fardo: reexaminando os percalços de um campo disciplinar que se pretendeu uma ponte entre o conhecimento da natureza e o da sociedade. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 22, n. 2, p. 274-308.
- TOLEDO, V. M. & BARRERA-BASSOLS, N. (2015) *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*. São Paulo: Expressão Popular. 272p.